



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10384.000075/94-77
Recurso nº : 03.281
Matéria : PIS - EXS: 1990 a 1993
Recorrente : CERÂMICA OLIVEIRA LTDA.
Recorrida : DRF EM TERESINA - PI
Sessão de : 06 de janeiro de 1997
Acórdão nº : 103-18.199

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS.
Em virtude de ter sido suspensa a execução dos Decretos-lei nº 2.445, de 29.06.1988 e 2.449, de 21.07.1988, por força da Resolução do Senado nº 49, de 1995 (DOU de 10.10.1995), fica excluído o crédito tributário exigido com base nos supracitados diplomas legais, os quais foram declarados inconstitucionais por decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 148.754-2/93. Neste sentido, as regras jurídicas declaradas inconstitucionais não podem mais ser aplicadas. Portanto, o lançamento, feito conforme as prescrições contidas nesses diplomas legais, não pode mais prosseguir.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CERÂMICA OLIVEIRA LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


CÂNDIDO RODRIGUES-NEUBER
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 06 OUT 1997

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: VILSON BIADOLA, , MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, SANDRA MARIA DIAS NUNES e MÁRCIA MARIA LÓRIA MEIRA. Ausentes, por motivo justificado os Conselheiros MURILO RODRIGUES DA CUNHA SOARES, RAQUEL ELITA ALVES P. VILLA REAL e VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE.



Processo nº. : 10384.000075/94-77
Acórdão nº. : 103-18.199
Recurso nº. : 03.281
Recorrente : CERÂMICA OLIVEIRA LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte supra identificada recorre a este Conselho da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 3/19, relativa à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS referente ao período de janeiro de 1.990 a junho de 1.993.

Irresignada impugnou a exigência, fls. 28/29, arguindo sobre a inconstitucionalidade dos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88.

A autoridade julgadora monocrática, às fls. 34/37, decidiu pela procedência do lançamento.

Inconformada, a Recorrente interpôs recurso a este Colegiado, fls. 42/43, protestando pela inconstitucionalidade dos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88.

É o relatório.



Processo nº. : 10384.000075/94-77
Acórdão nº. : 103-18.199

VOTO

Conselheiro CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER, Relator

O recurso é tempestivo. Dele tomo conhecimento.

Conforme visto no relatório trata-se de ação fiscal, na qual se exige a contribuição para o PIS, com base nos Decretos-lei nº 2.445/88 e 2.449/88.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 148.754-2/93, declarou a inconstitucionalidade formal dos Decretos-leis nº 2.445, de 29/06/88, e 2.449, de 21/07/88, que modificaram as regras de determinação das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. Por sua vez, o Senado Federal, no uso da competência estabelecida no inciso X do artigo 52 da Constituição Federal de 1.988, editou a Resolução nº 49, de 1.995, suspendendo a execução dos referidos Decretos-leis.

Neste sentido, como consequência jurídica da suspensão da execução, as regras declaradas inconstitucionais não podem mais ser aplicadas. Portanto, não restam dúvidas, que o lançamento, feito conforme as prescrições contidas nos citados Decretos-lei, não pode mais prosseguir.

Na esteira dessas considerações, voto no sentido de dar provimento ao recurso.

Brasília (DF), em 06 de janeiro de 1997


CÂNDIDO RODRIGUES NEUBER